

Sarney determina revogação de todos os 663 atos secretos

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou ontem a revogação dos 663 atos não publicados que foram editados nos últimos anos. A decisão tem como base o relatório de comissão instituída pelo 1º secretário, Heráclito Fortes. A assessoria de imprensa da Presidência informou que Sarney decidiu aguardar a nomeação do novo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para pedir investigação sobre supostas contas do senador no exterior. **3**

Votação da LDO depende da instalação de CPI

A polêmica em torno da instalação da CPI da Petrobras pode terminar hoje: uma reunião marcada para as 15h deve marcar o início dos trabalhos da comissão parlamentar de

inquérito. Em seguida, deputados e senadores votarão a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o próximo ano. No Plenário do Senado é previsto o exame de uma série de

matérias, entre elas a que cria indicadores para avaliar o cumprimento dos objetivos sociais da Constituição e a que qualifica como crime o ingresso de celulares em presídios. **5**

Waldemir Barreto



MOZARILDO CAVALCANTI

Reforma do Palácio do Planalto passa por cima das regras

A denúncia de que a reforma do Planalto está marcada por irregularidades foi comentada por Mozarildo Cavalcanti. Segundo ele, a Presidência passa por cima de princípios elementares de administração pública. **4**

Waldemir Barreto



PAPALÉO PAES

Desigualdade se reflete no acesso ao saneamento

O fato de que apenas 6,7% das residências da região Norte têm saneamento considerado adequado levou Papaléo Paes a afirmar que o acesso desigual a esse serviço reflete as disparidades regionais. **4**

Jonas Pereira



MÃO SANTA

Insegurança e corrupção preocupam Piauí

Os sucessivos assaltos causaram o fechamento de uma das lojas mais tradicionais em Teresina, segundo Mão Santa. O senador também acusou a estatal Emgerpi de ser "uma supersecretaria cheia de roubos". **6**

Waldemir Rodrigues



CRISTOVAM BUARQUE

"Escândalos invisíveis" não recebem atenção

Para o senador, país deve se escandalizar com a "corrupção no comportamento", mas precisa voltar sua atenção também para os "escândalos invisíveis", resultantes de prioridades equivocadas de governo. **2**

Jonas Pereira



MESQUITA JÚNIOR

Brasil não pode ser omissivo quanto aos direitos humanos

Mesquita Júnior afirmou que o Brasil não pode ser condescendente com países que desrespeitam os direitos humanos somente porque precisa conquistar uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. **4**

Jonas Pereira



VALTER PEREIRA

Proposta combate modelo ineficiente na saúde pública

Valter Pereira defendeu a proposta do ministro José Gomes Temporão para a saúde pública. A fixação de metas de desempenho, na avaliação do senador, pode acabar com a ineficiência do atual modelo. **6**

Senador afirma que analfabetismo, concentração de renda e ação de governadores contra piso de professor deveriam escandalizar os brasileiros

Cristovam pede atenção da mídia para "escândalos invisíveis"

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) lamentou, em pronunciamento feito ontem, que a mídia brasileira dedique muito espaço aos "escândalos visíveis", enquanto o país convive rotineiramente com "escândalos invisíveis", que se manifestam na adoção de programas que não interessam à grande maioria da população, e que darão origem, mais tarde, aos "escândalos previsíveis".

– Temos que nos escandalizar com a corrupção no comportamento, mas também com a corrupção existente nas prioridades. Tornar os escândalos invisíveis também é uma corrupção. A mídia não consegue ver escândalo na falta de prioridades das políticas, mas só no comportamento dos políticos – afirmou.

Como exemplo de "escândalo invisível", o senador citou o fato de que 27% das crianças do Piauí não sabem ler, deficiência que atinge 11% do total das crianças do país. Isso, para Cristovam, é "um escândalo tão grave como o uso de passagem do Senado sem ser para o trabalho".

Cristovam também enquadrou na mesma categoria a existência no Brasil de 14 milhões de analfabetos plenos,



Cristovam Buarque aponta a "corrupção das prioridades" no país

a concentração de 50% da renda do país em 1% da população, a ação de inconstitucionalidade impetrada por cinco governadores estaduais contra o piso salarial de R\$ 950 a ser pago aos professores, as filas para cirurgias em hospitais, a prostituição

infantil e a dependência de 50 milhões de pessoas "que só conseguem comer" graças ao programa Bolsa Família do governo federal.

Cristovam disse ainda que as eleições gerais do próximo ano apontam para a formação de um "escândalo previsível", tendo em vista a falta de perspectiva da renovação da classe política.

Segundo o senador, o presidente da Casa, José Sarney, não pode ser responsabilizado pelos escândalos de ordem coletiva que atingem a instituição, como o uso de passagens aéreas e de

verba indenizatória, mas apenas pelas denúncias de ordem individual que o atingem diretamente, a exemplo de nomeações para cargos comissionados, do recebimento de verba cultural da Petrobras por uma fundação da qual é presidente de honra e da suposta manutenção de uma conta bancária não declarada no exterior.

– É visível a responsabilidade dele se as denúncias forem comprovadas. O uso da verba da Petrobras em fundação é correto, mas se houve desvio de dinheiro a responsabilidade é de Sarney – assinalou.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que considerava "um escândalo" a realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014 em 12 capitais brasileiras. Ele salientou que o evento – espetáculo eminentemente comercial em que tudo é vendido – obriga o Brasil a investimentos completamente desproporcionais à realidade da população.

Exposição reúne jogos de todo o mundo

O programa Senado Cultural e o Serviço Social do Comércio do Distrito Federal (Sesc-DF) realizam a exposição "A volta ao mundo em 80 jogos" até 31 de julho. O local do evento, o Salão Negro do Senado Federal, estará aberto à visitação todos os dias, de domingo a domingo, das 9h às 17h. A partir dos quatro anos de idade os visitantes já

podem interagir com os jogos, que são divididos nas categorias quebra-cabeças, desafios e jogos de estratégia.

A abertura oficial ocorrerá hoje, às 15h. O presidente do programa Senado Cultural, senador Marco Maciel (DEM-PE), e o presidente do conselho regional do Sesc, senador Adelmir Santana (DEM-DF), deverão comparecer

ao evento.

Uma das estrelas da mostra é o jogo africano Mancala, que tem cerca de 7 mil anos de existência e é considerado o mais antigo do mundo. O acervo da exposição faz parte do material resultante de expedições realizadas nos cinco continentes pelo pesquisador Maurício Lima, do Instituto Gerson Sabino, de Belo Horizonte.

Senado Cultural promove eventos desde 2008

As atividades do programa Senado Cultural foram iniciadas no ano passado, por sugestão dos senadores Demosthenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE) ao então presidente Garibaldi Alves (PMDB-RN). Desde então, parlamentares e funcionários da Casa têm promovido uma série de

eventos culturais.

No ano passado, exposições como as que homenagearam Guimarães Rosa, Machado de Assis e a Constituição de 1988 foram realizadas graças a parcerias firmadas com entidades como a Academia Brasileira de Letras, o Sesc e a Biblioteca Guita e José Mindlin. Também

em 2008, foi organizada uma homenagem à Bossa Nova.

Este ano, foram realizadas a exposição Time Brasil em Pequim 2008 e as sessões plenárias em homenagem ao poeta popular Patativa do Assaré e ao maestro Silvio Barbato, morto no acidente com o avião da Air France.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso vota LDO

Às 16h, será realizada sessão conjunta do Congresso Nacional com o objetivo de votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Também estão na pauta outras propostas que, assim como a da LDO, já foram analisadas pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). Já a sessão deliberativa do Senado terá início às 11h. Votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição (PEC 7/08) que determina que os objetivos de bem-estar e justiça sociais que orientam a ordem social serão avaliados por indicadores de responsabilidade a serem definidos em lei complementar. Essa é a primeira matéria de uma pauta de 42 itens.

Sarney preside sessões do Senado e Congresso

O presidente do Senado Federal, José Sarney, preside, às 11h a sessão deliberativa extraordinária, e às 16h, no Plenário da Câmara dos Deputados, a sessão do Congresso Nacional para apreciação de projetos de lei, com pareceres da Comissão Mista de Orçamento, como o da Lei de Diretrizes Orçamentárias (CMO).

CRA discute plantio de milho transgênico

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa, às 9h, pauta com três itens, entre eles requerimento de realização de audiência pública para discutir o plantio da primeira safra de milho transgênico autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Senado sedia mostra A volta ao mundo em 80 jogos

Às 15h, no Salão Negro, abertura da exposição *A volta ao mundo em 80 jogos*, de iniciativa do programa *Senado Cultural* e do Sesi-DF. A mostra

é resultado de expedições nos cinco continentes pelo pesquisador Maurício Lima e poderá ser visitada até o dia 31 de julho.

Comissão avaliará Metas do Milênio

Às 9h30 será instalada a comissão temporária criada para acompanhar atos, fatos, normas e procedimentos referentes ao cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na reunião serão eleitos o presidente e o vice-presidente da comissão.

CAE debate desonerações fiscais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) se reúne às 9h30. Na primeira parte da reunião, devem ser analisadas 11 proposições, entre elas a que trata do seguro de vida de menores de 14 anos. Na segunda parte, audiência pública sobre as desonerações fiscais empreendidas pelo governo federal. Os presidentes da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção, Melvyn Fox; da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, Jackson Schneider; e da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, Lorival Kizula, estão entre os convidados.

Mudanças climáticas

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas se reúne, às 14h30, para votação de requerimentos, na sala 13 da Ala Alexandre Costa.

CCJ faz audiência sobre drogas

Em audiência pública às 10h, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debate a Política Nacional sobre Drogas com a secretária-adjunta Paulina Duarte, da Secretaria Nacional de Política sobre Drogas; o secretário-executivo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, Ronaldo Teixeira; a coordenadora do Projeto Lua Nova, Raquel Barros; e os professores Antonio Nery Filho e Luciana Boiteaux, das universidades federais da Bahia e Rio de Janeiro.

CMA analisa normas básicas para alimentos

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) se reúne às 11h30. Na pauta de 25 itens constam dois requerimentos de audiência pública sobre normas básicas para alimentos e a segregação de produtos transgênicos ao longo da cadeia produtiva, a partir de denúncia do jornal *Folha de S. Paulo* de que o Brasil perde o controle dos transgênicos.

CMO vota créditos

Reunião às 14h30 da Comissão Mista de Orçamento (CMO) com o objetivo de votar créditos especiais no Orçamento da União.

Instalação da CPI da Petrobras

Às 15h será instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras. Na reunião serão eleitos o presidente e o vice-presidente, e indicado o relator. Sala 2 da Ala Nilo Coelho.

CPI da Pedofilia ouve depoentes

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia toma os depoimentos, a partir das 14h, de Adriano Salan, secretário de Administração de Coari (AM); Valcione Tavares, secretário de Comunicações do município; Maria Landia dos Santos, agenciadora; Carlos Alexandre Correa e Fábio Marques Martins, sócios da Agência Mega Models; Otávio Raman Neves, empresário; Manoel Adail Pinheiro, ex-prefeito de Coari; e Osvaldo Figueiredo Maia, ex-delegado de polícia.



Waldemir Borreto

Sarney dá prazo de 30 dias para que Diretoria-Geral relate providências

Sarney determina a anulação dos 663 atos secretos

Decisão é embasada por relatório de comissão especial instituída pelo 1º secretário, Heráclito Fortes

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, anulou ontem os 663 atos administrativos editados nos últimos anos e que ficaram conhecidos como "atos secretos" por não terem obedecido ao princípio da publicidade, conforme preceitua o artigo 37 da Constituição federal.

A decisão de Sarney foi embasada por relatório de comissão especial instituída pelo 1º secretário da Casa, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), criada no início do ano para

investigar denúncias publicadas pela imprensa sobre a existência de tais atos.

Sarney também determinou à Diretoria-Geral da Casa que, em 30 dias, apresente à Comissão Diretora relatório circunstanciado contendo as providências necessárias ao cumprimento das medidas adotadas ontem, assim como o integral ressarcimento aos cofres públicos dos recursos eventualmente pagos de forma indevida, nos termos do ato assinado ontem.

Presidente do Senado aguarda nomeação do procurador-geral

José Sarney informou que aguardará a publicação oficial da nomeação do novo procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel, para enviar ofício autorizando a procuradoria a requisitar dados sobre a existência ou não de contas mantidas por ele, Sarney, no exterior.

A informação foi divulgada pela assessoria de imprensa da Presidência do Senado na noite de ontem. De acordo com a assessoria, a medida "é uma deferência" do presidente da Casa ao novo procurador-geral da Repú-

blica.

Sarney havia anunciado a decisão de autorizar a Procuradoria-Geral a investigar o assunto em nota oficial divulgada pela assessoria de imprensa da Presidência do Senado na tarde de sábado.

A medida foi comunicada após denúncia veiculada na edição desta semana da revista *Veja* de que investigações realizadas após a liquidação do Banco Santos indicariam que Sarney teria mantido entre 1999 e 2001 conta no exterior não declarada à Receita Federal.

Senado busca melhorar a administração

O diretor-geral-adjunto do Senado, Luciano de Souza Gomes, afirmou, em entrevista à Agência Senado na sexta-feira, que a Casa está buscando solucionar problemas administrativos existentes, mas que é importante não gerar expectativas falsas.

Luciano de Souza Gomes observou que as sugestões de mudanças administrativas apresentadas por uma comissão de funcionários à Fundação Getúlio Vargas (FGV), na semana passada, buscaram a redução de custos, mas dentro das despesas conhecidas como "compressíveis", ou seja, as que podem ser cortadas.

Essas despesas incluem material de consumo, viagens, diárias, publicações, cargos comissionados, funções de direção, serviços terceirizados, gastos com equipamentos, móveis, telefone, verbas indenizatórias, entre outras. Por lei, lembrou Luciano, não pode haver cortes na folha de pagamento de servidores efetivos, que, entre ativos e inativos, são responsáveis por cerca de 90% da folha de pagamento do Senado. Os 10% restantes correspondem a funcionários comissionados.

Do orçamento total da Casa, que é de R\$ 2,742 bilhões em 2009, R\$ 2,2 bilhões são gastos com despesa de pessoal e, como 90% são vinculados aos salários de servidores efetivos, apenas a remuneração por chefias pode ser cortada. No projeto apresentado pelos funcionários, os cortes propostos nessas gratificações representariam uma economia de R\$ 300 mil por mês.

Em relação à possibilidade de o Senado criar um programa de demissão voluntária (PDV) – aventada em entrevista coletiva pelo diretor da FGV e



Jonas Pereira

Luciano: cortes podem ser feitos nas despesas conhecidas como "compressíveis"

coordenador do projeto, Bianor Cavalcanti –, Luciano Gomes diz não ter informação sobre negociação nesse sentido e afirmou que esse tipo de programa precisa ser regulamentado por lei antes de ser implantado.

O Senado também não pode cortar os pagamentos de amortização da dívida e o pagamento dos juros e do empréstimo contratado com o Banco Mundial para a implantação do Interlegis (programa de informatização do Legislativo), montante que gira em torno de R\$ 5 milhões mensais.

– Sobram R\$ 750 milhões do orçamento onde pode haver cortes – explicou o diretor-geral-adjunto.

Cortes

E é sobre esse montante que o presidente do Senado, José Sarney, propôs o corte de 40% das despesas, esclarece a Primeira-Secretaria do Senado, a cargo de Heráclito Fortes (DEM-PI).

A assessoria de imprensa da Primeira-Secretaria esclarece ainda que não há nenhuma definição de corte de 2.400 funcionários – entre comissionados, terceirizados e efetivos (neste caso, com um PDV).

A Primeira-Secretaria também ressalta que a comissão interna do Senado, que apresentou sugestões à FGV, teve uma incumbência específica: receber, sistematizar, analisar e encaminhar à fundação as propostas dos servidores e senadores sobre o trabalho da consultoria.

Assim, o colegiado defende um novo organograma para a Casa com base nas sugestões recebidas. A comissão estudou a fundo os diversos setores do Senado, e o organograma apresentado à FGV chega ao nível mais baixo da hierarquia funcional – o de serviços –, enquanto a proposta da FGV ficou restrita a um nível mais elevado da hierarquia – as coordenações.

Comissão de servidores vai gerir contratos

Três contratos que envolvem 1.500 funcionários terceirizados do Senado passaram a ser geridos por uma comissão formada por nove funcionários efetivos, presidida pelo consultor legislativo Dirceu Teixeira de Matos. A decisão foi tomada na última terça-feira pela Diretoria-Geral do Senado, conforme informou, na sexta-feira, o diretor-geral-adjunto, Luciano de Souza Gomes.

A Comissão Permanente de Gestão de Contratos passa a responder pelos contratos do Senado com as empresas Plan-sul, que atende a Secretaria de Comunicação Social; Aval, que atua na área de informática; e Adservis, que responde pelos contínuos e copeiros do Senado.

O diretor-geral-adjunto, que é membro da comissão, explicou à Agência Senado que até então cada um desses contratos era gerido por uma única pessoa. Agora, na forma de colegiado, a administração dos contratos fica mais racional e se torna mais fácil corrigir eventuais desvios funcionais, padronizar procedimentos e aumentar a fiscalização, explicou Luciano.

A criação da comissão é resultado de um estudo que vem



Waldemir Borreto

Dirceu Teixeira de Matos preside comissão formada por nove servidores efetivos

sendo realizado desde 2006 por um grupo de funcionários, informou o diretor-adjunto. Esse grupo visitou órgãos do governo e estudou a fundo vários modelos de gestão para propor mudanças na administração da Casa. Agora, em um segundo momento, os contratos "mais problemáticos" tiveram sua gestão transferida para essa comissão permanente. A ideia, explicou Luciano Gomes, é, no futuro, o Senado ter um órgão único que cuidará de todos os

contratos da Casa.

Entre as medidas que a comissão permanente deverá implantar, está uma mudança na sistemática que deve ser adotada para as licitações. O Senado passará a definir os critérios técnicos e o serviço a ser executado, e a empresa contratada é que decidirá quantos funcionários serão necessários para cumprir as exigências do Senado. Atualmente, a quantidade de funcionários é estipulada em contrato.



A ideia de Dornelles é analisar estímulo aos investimentos

Comissão vai sugerir medidas para reduzir custo de exportações

A Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade dará início, em agosto, à segunda etapa dos trabalhos, conforme anunciou seu presidente, Francisco Dornelles (PP-RJ). Depois de recolher sugestões de empresários e trabalhadores, o colegiado deve propor medidas para reduzir o custo dos investimentos e das exportações. "Tudo com o objetivo de elevar o nível de emprego e renda",

acrescentou o senador.

Uma das sugestões em estudo é a elevação do teto do Supersimples dos atuais R\$ 2,4 milhões para 3,6 milhões ao ano. A intenção é assegurar a um maior número de pequenas empresas o benefício do recolhimento simplificado de impostos. Ainda com o objetivo de aliviar a carga fiscal sobre esse segmento, o senador pensa em sugerir novas regras para alienação de ativos subavaliados.

Dornelles encaminhou à Mesa do Senado, no dia 9, o relatório da primeira fase dos trabalhos. Elaborado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o documento analisa o problema dos juros – um dos mais altos do mundo. O relatório atribui responsabilidade pelos juros excessivos ao próprio governo – que taxa as operações financeiras, quando deveria tributar o lucro dos bancos –, aos custos administrativos dos bancos e à inadimplência.

Mozarildo critica gastos com reforma do Palácio do Planalto

Para o senador, momento é inoportuno para realização da obra. Ele alertou para os riscos da "explosão dos gastos públicos", que pode deixar uma "herança preocupante" para o próximo presidente

O SENADOR MOZARILDO Cavalcanti (PTB-RR) voltou a criticar o governo federal devido à reforma no Palácio do Planalto, que considera inoportuna em razão da crise por que passa o país. Orçada inicialmente em R\$ 78 milhões, a obra recebeu verba suplementar de R\$ 118 milhões por meio de medida provisória (MP).

O parlamentar mencionou matéria publicada pela revista *IstoÉ*, com o título "Palácio da Discórdia", segundo a qual a obra está marcada por desentendimentos, teve aumento de custos de 150% e corre o risco de ser embargada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Entre outras razões, uma auditoria do órgão teria encontrado falhas em documentos técnicos, como a ausência de assinatura no laudo da estrutura do palácio.

Já o risco de que a reforma descaracterize o conjunto urbanístico da capital, tombado pelo patrimônio histórico, levou o Ministério Público a instaurar inquérito, também de acordo com a revista. E parte da construção – o estacionamento – foi embargada há uma semana pelo governo do Distrito Federal, sob a justificativa de que o terreno é de propriedade pública.

– É a Presidência da República passando por cima de tudo o que é princípio elementar da administração pública – afirmou o senador.

O risco de descaracterização do



Mozarildo também apontou equívocos do governo na administração da saúde pública

patrimônio levou a uma série de desentendimentos entre os responsáveis pela obra e o escritório de arquitetura de Oscar Niemeyer em Brasília, chefiado por Carlos Magalhães. "Nunca vi tamanha desorganização e incompetência", teria dito Magalhães à revista. O arquiteto também teme que a corrida para atender aos prazos comprometa a execução da reforma.

Mozarildo lamentou mais uma vez que o dinheiro gasto na reforma não seja usado para construir "muito mais de 20 mil casas populares". Ele ponderou que a "explosão dos gastos públicos" apontada pela imprensa pode deixar uma "herança preocupante" para o próximo presidente.

Em aparte, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse não

se surpreender com as "confusões em torno da obra", tendo em vista o andamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), marcado por desorganização, gerência desconectada, processos de licitação mal conduzidos, atropelos e desvio de recursos. Também em aparte, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que todas as obras do PAC em seu estado estão atrasadas.

Gripe

Mozarildo também apontou equívocos do governo quanto à administração da saúde pública. O senador alertou para a "postura acomodada" das autoridades brasileiras que subestimaram o poder de propagação da gripe A, inclusive por pessoas que não apresentam sintomas.

Acesso ao saneamento é desigual, afirma Papaléo

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou ontem que o acesso ao saneamento básico é "extremamente desigual" no Brasil, o que explicita as "profundas desigualdades regionais" que o país enfrenta. A afirmação foi feita a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Papaléo pediu mais investimentos em saneamento básico, principalmente nas cidades pequenas e nas comunidades mais pobres.

De acordo com o IBGE, disse o senador, 64,1% dos domicílios brasileiros têm o que o instituto chama de saneamento adequado. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2005, acrescentou Papaléo, mostrou que apenas 6,7% dos domicílios da Região Norte com renda *per capita* de até meio salário mínimo tinham acesso ao chamado saneamento adequado.

No Amapá, afirmou o senador, somente 5% de todos os domicílios estavam ligados à rede de saneamento e em Rondônia, o índice era de 5,1%. Já na Região Sudeste, 71,5% das residências com renda *per capita* de até meio salário mínimo estavam ligadas ao sistema de saneamento básico.

– Vemos o tremendo disparate entre o país mais adiantado, mais rico, e o país mais pobre, ou seja, Sul/Sudeste e Norte/Nordeste. Por outro lado, em 2007, mais de 90% da população urbana do Sudeste tinha acesso

"Vemos o disparate entre o país mais adiantado, mais rico, e o país mais pobre"

ao saneamento básico. No entanto, a Região Norte apareceu com os piores índices do país. Como podemos verificar, as disparidades são grandes no interior de cada região e maiores, ainda, entre as regiões citadas, que apresentam os níveis de desenvolvimento econômico e social muito desproporcionais – afirmou.

O senador disse ainda que a Pnad 2005 atestou que o acesso ao saneamento básico na Região Norte brasileira é inferior ao de países como Burkina Faso, Níger e Guiné, algumas das nações mais pobres do planeta.

Já de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em estudo realizado em 2007, 54 milhões de brasileiros viviam em unidades habitacionais inadequadas, ou seja, em residências que não dispunham de rede coletora de esgoto ou fossa séptica ou de acesso à água canalizada, conforme dados citados por Papaléo.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que, quanto mais recursos forem investidos em saneamento básico, mais pessoas deixarão de adoecer.



Papaléo: piores índices estão na Região Norte

Mesquita Júnior questiona política externa de direitos humanos

de apoio para se tornar membro do Conselho Permanente de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

– O Brasil pretende, com toda justiça, integrar o Conselho Permanente da ONU e, por isso, precisa de votos, precisa convencer as nações. Mas não pode fazê-lo em prejuízo de questões que nós julgamos questões de princípio. Direitos humanos ninguém negocia. Não dá para ser omissos – disse.

Segundo a reportagem, o Brasil teria alterado sua política de direitos humanos durante o governo Lula, omitindo-se em relação a casos de violações ocorridos em países como Sudão, República Democrática do Congo, Irã, China e Coreia do Norte.

Bahá'í

Mesquita Júnior manifestou ain-

da solidariedade a membros da Fé Bahá'í presos no Irã sob a acusação de "realizarem corrupção na Terra". A Comunidade Bahá'í é uma entidade não governamental presente atualmente em 188 países, inclusive no Brasil. Seus membros são reconhecidos por estabelecer projetos de desenvolvimento econômico e social, sobretudo nas áreas de direitos humanos e promoção da igualdade.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF), referindo-se a voto de solidariedade aprovado pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) aos membros da Fé Bahá'í presos no Irã, defendeu o direito à liberdade de crença em todos os países do mundo.

– Os bahá'ís, não importa sejam tratados como religião ou como seita, merecem respeito, merecem liberdade e, sobretudo, merecem a vida – afirmou Cristovam.



"Não dá para ser omissos", diz Mesquita Júnior

Ao comentar matéria publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo* questionando a postura do Brasil em relação à violação dos direitos humanos em outros países, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) cobrou do Itamaraty a adoção de posições mais firmes quanto ao tema.

Mesquita Júnior disse que o Brasil não pode ser condescendente com países que desrespeitam os direitos humanos somente porque precisa

Jonas Pereira

Waldemir Barreto

Jonas Pereira

Waldemir Barreto

Início do funcionamento da CPI da Petrobras, decisão sobre LDO e exame de projetos relevantes no Senado marcam semana que antecede o recesso



Aguarda deliberação do Plenário projeto que tipifica como crime o ingresso de celular, sem autorização legal, em presídios

Senado deve votar várias propostas antes do recesso

NESTA SEMANA QUE antecede o recesso parlamentar, o Plenário do Senado pode deliberar sobre diversas matérias, como propostas de emenda constitucional (PEC), projetos de leis e projetos de decreto legislativo e de resolução, além de requerimentos, uma vez que não existe medida provisória travando a pauta de votação.

Consta da ordem do dia da sessão deliberativa de hoje – que foi antecipada das 14h para as 11h, para que o Congresso possa realizar a sessão conjunta às 16h – PEC de iniciativa de Lúcia Vânia (PSDB-GO) determinando que os objetivos impostos à ordem social passem a ser avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social.

Na justificativa da matéria, a senadora argumenta ser necessário o aprimoramento dos instrumentos legais no sentido de assegurar que os objetivos

da ordem social tenham uma efetiva aplicação.

Combate ao crime

Também pode ser votado projeto de autoria da Câmara dos Deputados (PLC 81/08) que acrescenta dispositivo ao Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) visando qualificar como crime o ingresso de aparelhos telefônicos de comunicação móvel (celulares), rádio ou similar, sem autorização legal, em penitenciárias.

De autoria do deputado licenciado Alberto Fraga (DEM-DF), a proposição amplia o combate à ação delituosa e foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde teve como relator o senador Romeu Tuma (PTB-SP).

Integra ainda a pauta do Plenário projeto de lei do Senado (PLS 140/07) que trata de uma listagem de dados cadastrais e bancários que podem ser aber-

tos e conhecidos para efeito de investigação criminal. Apresentada pelo senador Demostenes Torres (DEM-GO), a proposta estabelece que a investigação de ilícito penal deve incluir, entre outras informações, dados cadastrais que mencionem nome, endereço residencial ou comercial, estado civil, registros de identidade e de cadastro de pessoa física ou jurídica.

De acordo com o projeto, a investigação também poderá conter dados sobre as instituições financeiras em que a pessoa que praticou ilícito penal mantém contas de depósitos, aplicações ou investimentos, assim como os números dessas contas e respectivas agências.

Figuram na ordem do dia do Senado três projetos de decreto legislativo que aprovam três textos de acordos internacionais celebrados entre o Brasil e a Argentina, a Zâmbia e a Argélia.

CPI da Petrobras pode ser instalada hoje

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras deve ser instalada hoje, às 15h. A reunião foi marcada por determinação do presidente do Senado, José Sarney, utilizando prerrogativa que lhe garante o Regimento Interno.

Sarney protocolou quinta-feira, na Secretaria-Geral da Mesa, ofício nesse sentido, dirigido ao senador Paulo Duque (PMDB-RJ), que, por ser o integrante mais idoso do colegiado, está encarregado de presidir a instalação da CPI. De acordo com a resolução de José Sarney, a comissão será instalada com qualquer número de senadores presentes.

O requerimento de criação da CPI da Petrobras foi lido em Plenário no dia 15 de maio último e conta com a assinatura de 32 senadores, cinco a mais que o número mínimo necessário para a instituição de um colegiado desse tipo, que é 27. Contudo, as várias tentativas de



Jucá: base do governo não abre mão de indicar o presidente e o relator

instalação da comissão foram frustradas por falta de quórum. Os senadores da base do governo, maioria entre os componentes, não compareceram para a abertura dos trabalhos. A ausência dos governistas devia-se, em parte, à falta de definição dos nomes para a presidência, vice-presidência e relatoria dos trabalhos.

Na quinta-feira, os líderes de todos os partidos que compõem a base governista reuniram-



Reunião será presidida por Duque, integrante mais idoso do colegiado

se no gabinete do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), para tomarem uma decisão conjunta sobre a instalação. Após o encontro, o parlamentar anunciou que todos os partidos da base acatariam a determinação de Sarney e garantiriam o quórum para a instalação da CPI hoje. Jucá ressaltou que a maioria não abriria mão do direito de indicar tanto o presidente quanto o relator da comissão.

Congresso Nacional delibera à tarde sobre o projeto de LDO

Em sessão conjunta marcada para as 16h, o Congresso Nacional deve votar o relatório do deputado Wellington Roberto (PR-PB) sobre o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010. Na última quinta-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou o texto base e os destaques apresentados ao parecer. No entanto, a oposição ameaça obstruir os trabalhos caso não sejam alterados diversos dispositivos e, ainda, se até lá não for instalada a CPI da Petrobras.

A LDO fixa boa parte das regras que devem ser observadas pelo governo na montagem do projeto do Orçamento 2010 e sua votação é condição necessária para o início do recesso parlamentar, previsto para o período de 18 a 31 de julho.

Entre os pontos polêmicos, está o dispositivo que incorpora as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ao chamado Projeto Piloto de Investimentos (PPI), composto de obras que ficam de fora do cálculo do superávit primário anual, garantindo ao governo maior flexibilidade para ampliar seus gastos. A oposição quer ainda eliminar a regra que tam-

bém retira os investimentos da Petrobras desse cálculo, assim como a que permite transferir para o Orçamento de 2010 as dotações do PAC não aplicadas este ano, igualmente sem afetar o superávit.

– Com tudo isso, serão mais R\$ 40 bilhões para gastos em ano eleitoral. É uma bolsa-eleitor, para ser gasta sem qualquer tipo de controle. O Congresso não pode dar esse cheque em branco ao governo – criticou o deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), integrante do colégio de líderes partidários da CMO.

Estatais

A oposição conseguiu derrubar a inclusão dos investimentos das estatais na chamada regra de execução provisória – o conjunto das despesas que o governo é autorizado a gastar mesmo que o ano comece sem o Orçamento aprovado. Tradicionalmente, apenas as despesas inadiáveis são liberadas.

Wellington Roberto adiantou que pretende manter pelo menos a Petrobras na lista da execução provisória, uma vez que a estatal é responsável por obras importantes do Programa de Aceleração do Crescimento.



Almeida Lima e Wellington (ambos à esquerda) reunidos com líderes na CMO

Presidente da CMO acredita em consenso para aprovação do texto

A iniciativa da oposição de exigir a instalação da CPI da Petrobras para votar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2010 foi avaliada como uma ação legítima pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Almeida Lima (PMDB-SE). Segundo ele, as reivindicações dos opositores condizem com as práticas das Casas políticas.

Em entrevista que concedeu ontem à Rádio Senado, o parlamentar disse acreditar em consenso na votação no Congresso. Justificou seu otimismo com a observação de que, no exame na CMO, o texto passou com o consentimento de todos os partidos. Como explicou, as divergências envolvem poucos pontos, todos ainda passíveis de acordo até o momento da sessão.

Almeida Lima criticou, entretanto, os opositores pela pressão para retirar do texto dispositivo que permite o abatimento dos investimentos da Petrobras do cálculo do superávit primário. No passado, salientou, a oposição sustentava que o

superávit era muito alto, “massacrando os brasileiros” em função do pagamento da dívida.

– Hoje, que o governo está estabelecendo percentuais menores para o alcance do superávit, com o objetivo de sobrar recursos para investimento – e investimento significa crescimento, geração de empregos e facilidades para a população –, eu vejo aí a oposição fazer comentários. Isso me parece muito contraditório – disse.

De todo modo, o presidente da CMO minimiza os riscos de uma ação mais agressiva da oposição para estabelecer regras mais rígidas para o Orçamento de 2010, criando obstáculos aos gastos do governo em ano eleitoral. A seu ver, se parte da oposição quiser assumir esse risco, estará exposta aos olhos da nação, devendo responder por seus atos se esses não forem benéficos.

– Não vejo necessidade de um tratamento político-eleitoral a uma coisa que é extremamente séria, e que é o âmagô da vida do Estado, que não sobrevive para cumprir seu papel sem o Orçamento – disse.



Valter Pereira: "modelo atual é ineficiente e anacrônico"

Valter Pereira apoia proposta de mudança na Saúde

Valter Pereira (PMDB-MS) disse ontem que o Senado precisa apoiar a proposta de mudança do sistema de gestão dos hospitais públicos encaminhada pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão. A matéria está tramitando na Câmara, onde tem encontrado resistência da bancada governista, especialmente do PT.

O ministro, explicou Valter Pereira, está propondo a criação de uma fundação estatal que permitiria aos gestores dos 5 mil hospitais públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) melhorar a eficiência no atendimento, modernizando o modelo de gestão. Essa fundação estatal permitiria a contratação de profissionais de saúde pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com cobrança de melhor desempenho e demissão em caso de descumprimento de metas de qualidade.

– Alguma coisa precisa ser feita. O ministro Temporão está querendo trazer mudanças e o Congresso Nacional precisa prestar atenção, porque o modelo atual é ineficiente, anacrônico e do século passado. O Hospital Sarah Kubitschek também ganhou autonomia administrativa e se tornou uma referência internacional de competência, eficácia e dedicação à medicina. São as corporações, defendendo interesses próprios, que não querem as mudanças – afirmou.

Em aparte, Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que a saúde está totalmente desorganizada. Ele lembrou o caso de uma grávida que, ao buscar atendimento no Hospital Miguel Couto, no Rio de Janeiro, enfrentou uma situação bizarra: um médico escreveu no braço dela o endereço de outro hospital e a linha de ônibus que poderia levá-la. Para o senador, se o médico tivesse feito uma melhor avaliação, veria que a grávida não poderia ser removida, muito menos de ônibus.

Projeto que poderá acelerar tramitação de processos está na pauta da Comissão de Constituição e Justiça, assim como o que prevê assistência jurídica gratuita ao detento

E-mails poderão servir como prova documental

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) faz amanhã, a partir das 10h, a sua última reunião deste primeiro semestre legislativo. Na pauta, 54 itens, entre os quais o projeto que inclui o e-mail como prova documental.

O relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), é favorável ao projeto (PLC 170/08). Para ele, a inclusão do e-mail como prova documental no Código de Processo Civil (CPC) tornará mais rápida a tramitação dos processos. Azeredo ressaltou, entretanto, que o e-mail poderá ser impugnado pelo juiz, caso haja falsidade de informações. Se aprovado, o projeto irá a votação no Plenário.

Defensoria Pública

Na mesma reunião, a CCJ deve analisar, desta vez em decisão terminativa, projeto que altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) para prever assistência jurídica gratuita ao detento dentro do presídio. O relator, Osmar Dias (PDT-PR), é favorável ao projeto (PLC 43/09).

Entre as novidades, estão a delegação de competência à Defensoria Pública para requerer modificação das condições especiais impostas pelo juiz para



Eduardo Azeredo relata projeto sobre e-mail, que CCJ deve examinar

a concessão de regime aberto, a modificação das condições especificadas na sentença para o cumprimento de pena e a extinção da pena privativa de liberdade para aquele que cumpriu corretamente as condições da liberdade condicional.

O projeto também determina à Defensoria Pública cuidar pela execução regular da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, a defesa em todos os graus e instâncias. Se aprovado, o projeto vai ao Plenário.

Visita de avós

A CCJ deve apreciar ainda,

também em decisão terminativa, projeto (PLS 692/07) da senadora Kátia Abreu (DEM-TO) que garante aos avós, a critério do juiz, o direito de visitar os netos depois do fim do relacionamento conjugal dos pais da criança ou do adolescente.

Soldados da borracha

Também consta da pauta da CCJ a votação do parecer de Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC 19/09) de Expedito Júnior (PR-RO) que concede aos chamados soldados da borracha os mesmos direitos dos ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial.

São denominados soldados da borracha os recrutados no Nordeste nos anos de 1942 e 1943, pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia. Os seringueiros tinham a função estratégica de coletar borracha para a indústria bélica norte-americana.

Entre os direitos concedidos pela PEC, estão o aproveitamento deles no serviço público, sem a exigência de concurso público; pensão especial; assistência médica, hospitalar e educacional gratuitas; e prioridade na aquisição da casa própria.



Mão Santa: deputados ameaçam cassar colega que denunciou propina

Mão Santa relata corrupção e insegurança no PI

Mão Santa (PMDB-PI) leu ontem, da tribuna, notícia publicada pelo jornalista piauiense Zózimo Tavares segundo a qual o governo do Piauí vem agindo de forma um tanto atabalhoada no chamado caso Emgerpi. A Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (Emgerpi) é, segundo Mão Santa, "uma supersecretaria cheia de roubo no Piauí".

De acordo com a notícia, os deputados estaduais governistas ameaçaram cassar o mandato do deputado estadual Roncalli Paulo (PSDB) por quebra de decoro parlamentar, sob o argumento de que o deputado tucano – autor das denúncias que alcançam a Emgerpi – teria feito acusações sem prova sobre o pagamento de propina a um dos principais auxiliares do governador Wellington Dias.

A notícia traz afirmações do deputado, que assegurou não temer o processo de cassação, por considerar que não cometeu nenhum crime. Segundo ele, a única coisa que fez foi levar ao conhecimento público uma informação que lhe foi repassada por um empresário.

Outra notícia de jornal lida pelo senador refere-se ao fechamento de uma das mais tradicionais lojas de fotografia e joias de Teresina, a Irineu's Photo. O proprietário declarou que sua decisão originou-se de mais um assalto que sofreu, quando teve de pular de um prédio de oito metros de altura para não morrer. Na última sexta-feira, dois homens invadiram o estabelecimento e levaram R\$ 100 mil em joias. O proprietário atribuiu o fechamento de quatro das oito lojas que tinha à falta de segurança.

Por fim, Mão Santa citou a piauiense que vem fazendo sucesso na internet, Stephany Sousa, que gravou um vídeo caseiro, o qual já teve, segundo o senador, mais de 1 milhão de acessos na rede mundial de computadores.

Especialistas debatem Política Nacional sobre Drogas

Os avanços obtidos a partir da implantação da Política Nacional sobre Drogas serão discutidos hoje em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Criada em 2005, a política reúne objetivos amplos, que envolvem desde a conscientização da sociedade sobre os prejuízos sociais causados pelas drogas até a implementação de redes de assistência para acompanhamento de dependentes e o combate ao tráfico de entorpecentes.

Implantada no âmbito do Conselho Nacional Antidrogas, ligado ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a Política Nacional sobre Drogas prevê uma estratégia de execução descentralizada, por meio de incentivos à criação de conselhos municipais de combate às drogas e do en-

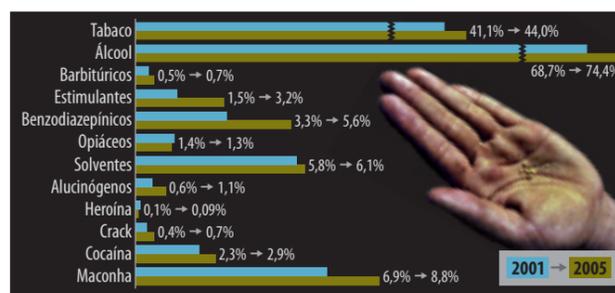
volvimento de organizações da sociedade civil.

Entre os convidados para o debate na comissão, estão Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, secretária-adjunta da Secretaria Nacional de Política sobre Dro-

gas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e Ronaldo Teixeira da Silva, secretário-executivo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas).

Drogas psicotrópicas

Comparações das frequências de uso de drogas pela população brasileira, em 2001 e 2005



Fonte: II Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil – 2005
Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas

Foto de Marcello Casal Jr./ABR

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Papaléo Paes • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lucia Romero Novelli
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Valter Gonçalves Júnior e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Substitutivo a iniciativa da senadora Patrícia Saboya define políticas públicas voltadas aos jovens e às famílias, além de alterar regras para adoção

Projeto garante a crianças convívio familiar

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) pode aprovar amanhã projeto de lei que se destina a aperfeiçoar o sistema que garante convivência familiar às crianças e aos adolescentes, além de alterar regras de adoção. A proposta da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) já havia sido aprovada pelo Senado, mas recebeu um substitutivo na Câmara dos Deputados que será analisado na CDH.

O substitutivo à proposta (PLS 314/04) prevê proteção, por parte do Estado, às crianças e adolescentes através de políticas públicas destinadas à orientação, ao apoio e à promoção social da família de origem do menor.

A intervenção estatal para proteção dessa parcela da população será feita, de acordo com o texto da Câmara, com programas de auxílio à família, acolhi-



José Cruz

Proposta de Patrícia Saboya amplia a proteção a crianças e adolescentes

mento familiar e institucional e encaminhamento a família substituta, entre outros.

O projeto prevê que a adoção, tutela ou guarda será uma medida "excepcional e irrevogável", reservada aos casos em que for impossível a permanência da criança ou adolescente na família natural. A adoção internacional só poderá ocorrer



Mércia Kallume

Texto de Pedro Simon aumenta período para a prestação de serviços

quando não houver candidato brasileiro interessado.

O substitutivo, que será relatado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90), o Código Civil (Lei 10.406/02), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei 5.452/43) e a lei que trata da investigação

de paternidade (Lei 8.560/92). Após passar pela CDH, a matéria será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, em seguida, pelo Plenário.

Também está na pauta da CDH – composta de 12 itens – o PLS 118/07, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que altera o ECA para aumentar de seis para 12 horas semanais a jornada de prestação de serviços à comunidade pelo adolescente infrator.

A proposta prevê que a prestação de serviços gratuitos poderá ser realizada em entidades assistenciais, bem como em escolas, escritórios, fábricas e estabelecimentos congêneres, públicos ou privados.

Quando se tratar de crime hediondo, o período máximo de internação do infrator passará, de acordo com o projeto, de

três para seis anos. Em relação aos demais casos, a proposta determina internação por, no máximo, três anos. Após o período de internação, o adolescente poderá ser liberado, ser colocado em regime de semiliberdade ou em liberdade assistida.

Segundo Simon, as políticas públicas implementadas pelo Estado não têm obtido sucesso por falta de aplicação dos recursos necessários, por falta de estrutura dos conselhos tutelares e municipais e porque o problema não deve ser tratado de forma "tópica", como vem sendo feito.

Para a relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), o objetivo é "integrar o setor privado na política de recuperação dos menores infratores".

A reunião está marcada para as 9h, na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho.

CPI da Pedofilia deve ouvir hoje ex-prefeito de Coari

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia realiza audiência pública hoje, às 14h, para aprofundar as investigações sobre uma rede de pedofilia envolvendo autoridades do município de Coari (AM).

Principal suspeito de abusos sexuais contra menores, o ex-prefeito de Coari Adail Pinheiro prestará depoimento à comissão. A rede criminosa no Amazonas foi descoberta pela Operação Vorax, da Polícia Federal.

A CPI ouvirá ainda os secretários municipais de Administração, Adriano Teixeira Salan; e de Comunicações, Valcione Tavares. A ex-secretária de Ação Social do município Maria

Landia Rodrigues dos Santos também prestará depoimento à comissão de inquérito. Segundo o presidente da comissão, Magno Malta (PR-ES), ela era "a cafetina e quem levava as meninas para fazerem aborto" na clínica clandestina descoberta pela Polícia Federal.

Na mesma audiência, a CPI ouvirá Carlos Alexandre Oliveira Corrêa e Fábio Marques Martins, sócios da Agência Mega Models, utilizada para recrutar as adolescentes, além do empresário Otávio Raman Neves e o ex-delegado da Polícia Civil de Coari Osvaldo Figueiredo Maia. A audiência pública será realizada na sala 6 da Ala Nilo Coelho.



Waldemir Barreto

Presidida por Magno Malta, comissão que apura abusos contra menores aprofundará investigações sobre rede de pedofilia

CAE examina criação da Previc, que vai fiscalizar fundos de pensão

Entre os 11 projetos que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará hoje, às 9h30, está a proposta que cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), encarregada de fiscalizar e supervisionar os fundos de pensão e aprovar estatutos e convênios. A Previc substituirá a Secretaria de Previdência Complementar, subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social.

O governo chegou a criar a Previc em 2004, por medida provisória (MP 233/04). Pelo fato de o Senado não ter votado a proposta, a MP perdeu eficácia em junho de 2005. O Palácio do Planalto enviou no ano passado ao Congresso projeto com a mesma finalidade, o qual foi aprovado em junho último pelos deputados (PLC 136/09). Os funcionários da atual Secretaria de Previdência Complementar serão transferidos para a Previc, que terá plano de carreira e salários mais atraentes.



José Cruz

Comissão de Assuntos Econômicos também deve realizar hoje audiência pública sobre desonerações tributárias

Constam ainda da pauta da CAE dois pedidos de crédito externo, com garantia da União,

para o Distrito Federal e para o estado do Pará. O do DF, tomado no Banco Mundial, no valor

de US\$ 130 milhões, destina-se ao programa de modernização da gestão pública. O do Pará, de

US\$ 10 milhões, será assinado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, também para modernização fiscal do estado.

Após as votações, a CAE realizará audiência pública, a pedido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), para debater as desonerações tributárias promovidas pelo governo federal a fim de combater os efeitos da crise financeira.

Os convidados são os seguintes: Melvyn Fox, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção; Jackson Schneider, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores; Lourival Kizula, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos; Nelson Machado, presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária; Carlos Martins Marques de Santana, secretário de Fazenda da Bahia; e Mauro Ricardo Machado Costa, secretário de Fazenda do estado de São Paulo.

Adelmir: preço diferente para cartões beneficia consumidor

Senador defende emenda, feita em medida provisória aprovada, que permite aos lojistas dar descontos em produtos pagos à vista. A proibição atual, diz ele, eleva os preços

OS PREÇOS DO comércio estão inflados pelos altos custos dos impostos cobrados pelas administradoras de cartões de crédito e débito. A conclusão, em entrevista à Agência Senado, é do senador Adelmir Santana (DEM-DF), autor de emenda que garante aos comerciantes o direito a dar descontos para quem prefere pagar à vista. Proposta nesse sentido, aprovada pelo Senado, foi rejeitada pela Câmara. A alternativa encontrada pelo senador foi trabalhar pela inclusão do dispositivo na medida provisória (PLV 12/09) que traz incentivos para as construtoras do programa Minha Casa, Minha Vida, aprovada na semana passada. Só que o texto volta para a Câmara. Desta vez, opina o parlamentar, as chances de sucesso são maiores. "Agora, a Câmara tem uma compreensão melhor da proposta", acredita Adelmir, que também sugere que as empresas de cartão de crédito sejam fiscalizadas pelo Banco Central.

O que leva o senhor a crer que desta vez os deputados aprovarão a mudança?

Tudo começou com a aprovação – no Senado, depois de ampla discussão, com a realização de audiências públicas – do meu projeto [PLS 213/07] que permite a cobrança diferenciada. Ao chegar à Câmara, a matéria nem sequer foi apreciada e, sob o argumento que outra proposta de igual teor havia sido rejeitada, o meu projeto foi considerado prejudicado. Insisti com o presidente Michel Temer [da Câmara] que era um projeto da outra Casa do Congresso, mas não teve sucesso. Tentamos incluir na MP, ainda na Câmara, mas não houve acordo. Quando chegou ao Senado, novamente suscitamos a ideia e houve apoio geral, inclusive da senadora Ideli Salvatti [PT-SC], o que mostra que é uma proposta suprapartidária.

A diferenciação de preços tem o apoio do Banco Central, dos ministérios da Fazenda e da Justiça. E acho que agora a Câmara tem uma compreensão melhor do projeto. Inclusive, o relatório da comissão da crise econômica, elaborado pelo deputado Antonio Palocci [PT-SP], faz referência à mudança. Houve uma audiência pública

na Comissão de Direitos Humanos da Câmara e as empresas de cartão de crédito não enviaram representantes, o que desagradou os deputados.

Há uma certa resistência dos órgãos de defesa do consumidor. Eles não compreenderam a proposta. A proibição da cobrança diferenciada eleva os preços. Os custos do cartão para o lojista estão embutidos nos preços. Nas compras a débito, o lojista demora até 72 horas para receber; no caso do crédito, até 30, 31 ou 32 dias. Além do aluguel do equipamento e de uma taxa por operação! Ninguém é contra o uso dos cartões, que é bom para o país, para o desenvolvimento, mas o crescimento em escala do mercado de cartões não reduziu os seus custos.

Qual a garantia de que os comerciantes, podendo dar descontos para as compras à vista, farão isso? Não há o risco de que os preços sejam mantidos ou que haja aumento para pagamento com cartão?

O comerciante sempre quer cobrar o menor preço. Ninguém pratica preços altos porque queira. As margens normalmen-



Genaldino Miguella

Adelmir Santana explica que custo de operação com cartão onera comerciante

te já são muito baixas. O que é interessante para o comércio é o giro [das mercadorias]. Por exemplo, mesmo quando o produto é tabelado pela fábrica ou pelo governo é comum o comércio abrir mão de suas margens. O ideal é que uma lei como essa tivesse duração limitada, com a redução natural dos custos pelas operadoras de cartões.

Como funciona o mercado de cartões?

Cerca de 95% do mercado é dominado por duas empresas. Uma delas teve lucro operacional superior ao patrimônio líquido, o que é um absurdo. Há

informação de R\$ 40 milhões de lucro apenas com o aluguel de equipamentos.

O senhor tem outros projetos regulamentando o setor?

Um deles permite o compartilhamento de equipamentos por mais de uma bandeira, o que reduziria os custos do lojista. Outro autoriza a multiplicidade de credenciamentos, impedindo cláusulas de exclusividade. E há um projeto que torna as administradoras de cartão de crédito instituições financeiras, portanto sujeitas à fiscalização do Banco Central. Hoje elas são autorreguláveis.

SEGURO-DESEMPREGO

"Sou pedreiro e sinto orgulho do que faço. Na minha profissão, sempre que termina uma obra ficamos sem trabalho. O seguro-desemprego é fundamental para mim. Ajuda a pagar as contas e pôr comida dentro de casa. Da mesma forma que me orgulho das coisas que faço, creio que o Congresso também se orgulha de ter beneficiado tanta gente sofrida do nosso país"

Antônio Rodrigues da Silva Filho, 37 anos
trabalhador da construção civil

Criado durante o Plano Cruzado e regulamentado pelo Congresso Nacional em 1990, o seguro-desemprego assegura assistência financeira ao trabalhador desempregado demitido sem justa causa.

Mudou para você, mudou para o Brasil. O Congresso faz parte da sua história.

